



A PERCEPÇÃO DO TRABALHADOR INFORMAL NO MERCADO DE TRABALHO

The Perception of Informal Workers in the Labor Market

Reginaldo Adriano de Souza¹, Fernanda Pena da Costa², Lilian Beatriz Ferreira Longo³, Rita de Cássia Martins de Oliveira Ventura⁴, Thiara Guimarães Heleno de Oliveira Pôncio⁵

¹Administrador, UNIFACIG, marketing@unifacig.edu.br

²Administradora, UNIFACIG, 1910580@sempre.unifacig.edu.br

³Administradora, UNIFACIG, lilian@sempre.unifacig.edu.br

⁴Administradora, UNIFACIG, ritamartins@sempre.unifacig.edu.br

⁵Enfermeira, UNIFACIG, cpa@unifacig.edu.br

INTRODUÇÃO

A concepção atribuída ao termo informalidade, suas causas e o impacto na sociedade possui, na contemporaneidade, uma discussão significativa. Esta pode ser representada como um conjunto de baixa produtividade e tecnologia, sendo utilizada como meio de sobrevivência pela população mais pobre, principalmente em países subdesenvolvidos ou emergentes, segundo Souza *et al.* (2019).

Além disso, estão contidos na informalidade, trabalhadores que não possuem carteira de trabalho assinada, os que trabalham por conta própria e os que não contribuem para a previdência social, de acordo com Dalberto (2014). Entretanto, o trabalho informal também pode estar associado a necessidade de complementação de renda mensal – caso o trabalhador tenha baixa remuneração ou quando o indivíduo dispõe de dificuldades de inserção no mercado de trabalho (DALBERTO, 2014).

No Brasil, a taxa de informalidade no país chegou a 40,1% no primeiro trimestre de 2022, de acordo com o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) (IBGE, 2022). Sobre o trabalhador informal brasileiro, a sua entrada nesse segmento está relacionada a vários fatores, sendo alguns deles, a necessidade, baixo nível escolar e falta de oportunidade (VACLAVIK; OLTRAMARI; OLIVEIRA, 2022).

A informalidade pode ser observada com maior frequência e entranhada ao cenário atual se comparada ao desemprego, uma vez que este possui caráter passageiro e transitório, em que o indivíduo desempregado está amparado pelos direitos a aviso prévio, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego e a qualidade de segurado do Regime de Previdência Social (CAPONI, 2014). Segundo Caponi (2014) na informalidade não há nenhum seguro, em alguns casos, o indivíduo pode estar inserido neste mercado por não conseguir arcar com os altos custos e taxas que são necessárias para legalizar um empreendimento.

Observa-se a relação da informalidade com o subdesenvolvimento, ao índice de pobreza e a busca pela sobrevivência, porém, o termo também possui ligação com as diferentes formas de contratação com base na flexibilização e desregulação do trabalho – vistas também em países desenvolvidos, uma vez que possibilitam e garantem a competitividade frente às novas exigências do mercado internacional, crescimento econômico e aumento do emprego (SOUZA *et al.*, 2019).

Frente a essa discussão teórica apresentada, o estudo da informalidade possibilita o entendimento de que políticas públicas devem possuir caráter heterogêneo, devido às diversas



atividades desempenhadas e pelos diferentes perfis dos trabalhadores, segundo Souza *et al.* (2019).

Em suma, esse trabalho busca analisar qual a percepção dos trabalhadores sobre a informalidade no mercado de trabalho e quais os fatores pelos quais eles estão e permanecem nessa estrutura de trabalho.

A finalidade desse trabalho é apresentar a realidade e o cenário do trabalhador informal atualmente, com foco nos trabalhadores informais em via pública. Logo, foi possível identificar que a maioria dos trabalhadores são do sexo masculino, com baixo nível de escolaridade, não contribuem para o INSS e se encontram no informal a mais de 5 anos.

MATERIAL E MÉTODOS

O desenho metodológico adotado tem como ponto de partida o problema de pesquisa escolhido: qual a percepção dos trabalhadores sobre a informalidade no mercado de trabalho e quais os fatores pelos quais eles estão e permanecem nessa estrutura de trabalho.

Desta forma, essa pesquisa classifica-se como um estudo descritivo, que segundo Prodanov e Freitas (2013) discorre os aspectos de determinada população, fenômeno ou o destaque dos vínculos entre as variáveis, sem interferência do pesquisador.

Para a coleta de dados foi escolhida a entrevista semiestruturada, a qual é conduzida em formato mais livre, onde é estabelecido um roteiro com as perguntas principais e são complementadas por questões ligadas às circunstâncias momentâneas à entrevista (MANZINI, 1990/1991).

Assim, a partir dos dados tabulados, realizou-se uma análise com estratégia qualitativa e utilizou-se da análise de conteúdo para tecer as análises e relações entre as respostas obtidas. A análise de conteúdo é,

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Para a amostra foi utilizado o critério acessibilidade, uma vez que se convidou os trabalhadores para a participação no estudo não sendo estabelecida, portanto, uma amostra de maneira estatística. Na amostragem por acessibilidade o pesquisador escolhe a população de fácil acesso, considerando que possam representar o universo estudado e não é exigido rigor estatístico (GIL, 2008).

Para o estudo em referência, os critérios para o convite aos participantes tinham como pontos centrais: ser informais e trabalharem em via pública. As entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho, em que todos se encontram localizados em vias públicas, processo feito com visitas intercaladas e por meio de um roteiro semiestruturado, sendo essa a pesquisa de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, são apresentados os resultados da análise das entrevistas com 8 trabalhadores informais em vias públicas da cidade de Manhuaçu/MG (Sudeste do Brasil). Participaram das entrevistas 7 homens e 1 mulher: todos são vendedores ambulantes com idade entre 25 a 66 anos; escolaridade de analfabeto até o ensino superior completo; trabalhando informalmente entre menos de 1 ano a 20 anos ou mais (Quadro 1).



Quadro 1: Perfil dos entrevistados

Nome	Sexo	Idade	Escolaridade	Tempo no Informal	Trabalhou na CLT?	Contribui para o INSS?
E1	Masculino	32	4ª Série	10 anos ou mais	Sim	Não
E2	Masculino	25	Médio Completo	10 anos ou mais	Sim	Não
E3	Masculino	53	Superior Completo	Menos de 1 ano	Sim	Não Informou
E4	Masculino	45	Médio Incompleto	Não Informado	Sim	Não
E5	Masculino	36	8ª Série	20 anos ou mais	Não	Não
E6	Masculino	66	Analfabeto	5 anos ou mais	Sim	Não
E7	Feminino	39	5ª Série	Menos de 1 ano	Sim	Não Informou
E8	Masculino	46	8ª Série	5 anos ou mais	Sim	Não

Fonte: Dados de Pesquisa (2023).

Analisando os perfis dos entrevistados, percebe-se que a idade e o nível de escolaridade comprovam a fala de Souza *et al.* (2019) em relação ao grau de escolaridade e faixa etária sobre a reprodução da informalidade. Nota-se que a maioria dos participantes são do sexo masculino, com idade entre 25 e 66 anos sendo a entrevistada (E7) a única do sexo feminino.

Ao discorrer as informações da pesquisa, percebe-se o baixo grau de escolaridade dos entrevistados o qual o entrevistado (E3) é o único com ensino superior completo. Consta-se também até um caso de analfabetismo do entrevistado (E6) reforçando que a informalidade está diretamente ligada com o grau de escolaridade dos trabalhadores.

A obtenção de emprego com carteira assinada não é garantia de estabilidade no mercado de trabalho formal. De acordo com as entrevistas, nota-se que a maioria dos entrevistados já trabalharam formalmente, ou seja, de carteira assinada. Somente o entrevistado (E5) nunca trabalhou no regime formal.

O Tempo no Informal é uma categoria que expressa o período em que os participantes se encontram no cenário do trabalho informal. Os entrevistados (E3) e (E7) possuem menos de 1 ano; os entrevistados (E6) e (E8) estão a 5 anos ou mais na informalidade; com 10 anos ou mais de tempo no informal constata-se os entrevistados (E1) e (E2) e vale ressaltar o participante da pesquisa (E5) que tem 20 anos ou mais de tempo no informal.

Por meio da análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas, foi realizada a tabulação dos dados e a partir disso, foram encontradas categorias de análise com ideias-chave de acordo com o objetivo do estudo.

A categoria Fatores e Motivos indica as razões que os indivíduos estão e ou permanecem no informal. Já a categoria “Percepção” demonstra suas opiniões sobre os pontos positivos e negativos que eles enfrentam no seu trabalho, em especial por serem trabalhadores informais de vias públicas. A categoria Visão de Futuro apresenta as expectativas futuras dos entrevistados.

Quadro 2: Categorias e ideias chaves das categorias

Categorias	Ideias-Chaves
Fatores e Motivos	<ul style="list-style-type: none"> - Sustento e Sobrevivência. - Gostar do que se faz - Liberdade de trabalhar por conta própria - Uma boa renda - Um trabalho mais tranquilo - Renda extra - Flexibilidade para dedicar tempo a família - Problema de saúde



Percepção	<ul style="list-style-type: none"> - Desrespeito e preconceito por parte das pessoas - Vergonha de vender em via pública - Espaço para dialogar com a sociedade - Contribuir para o INSS
Visão de Futuro	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de seguir uma oportunidade melhor - Abrir seu próprio negócio na formalidade - Continuar trabalhando no informal - Trabalhar de carteira assinada

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Analisando os resultados, detectou-se que os fatores e motivos que fazem os trabalhadores recorrerem ao trabalho informal são individuais, ou seja, cada um teve uma razão por estar nessa modalidade de trabalho.

Souza *et al.*, (2019) citam que a informalidade está associada à sobrevivência, de acordo com o resultado nota-se que realmente alguns recorrem à informalidade para sobreviverem e ou complementar a sua renda. Entretanto, também foi possível verificar a existência de outros motivos individuais associados às ideias-chave da categoria Fatores e Motivos.

Constatou-se nas entrevistas que existem motivos além de renda e necessidade, como por exemplo, gostar do que se faz, ter a liberdade de trabalhar por conta própria e ter um trabalho mais tranquilo.

Um caso que chamou atenção foi a do entrevistado E8, que saiu do regime CLT e buscou o mercado informal por motivos de saúde. “Saí por causa de problema de saúde mesmo, problema na coluna, no joelho e três hérnias de disco e não podia carregar mais peso...”.

O aspecto da flexibilidade para dedicar tempo à família, foi encontrado na entrevista 7, na fala da mulher. Quando questionada sobre o local de trabalho: “...e aqui, igual, eu trabalho na porta de casa, eu tenho minha filha, eu posso cuidar dela”. Dalberto (2014) menciona que por conta dos papéis tradicionais do núcleo familiar, a dinâmica de inserção da mulher no mercado de trabalho é distinta da do homem.

Sobre o fator renda extra, conforme os estudos de Dalberto (2014) e Apolinario e Souza Junior (2019) é um dos principais motivos da permanência da pessoa no informal. Esse aspecto foi identificado na fala do entrevistado 6, quando perguntado se esse trabalho é só uma renda extra (pelo fato dele ser aposentado) e o mesmo confirmou.

Os trabalhadores da via pública estão suscetíveis ao desrespeito e preconceito, devido ao constante contato com vários tipos de pessoas. Pode-se constatar isso na entrevista E4: “[...] Nas outras cidades que eu já passei, tive muito preconceito”.

No âmbito da Visão de Futuro, destaca-se que alguns entrevistados pretendem contribuir para o INSS, mas por falta de informações a respeito não efetuam o processo de adesão, conforme o entrevistado 8 nos informa: “Eu pretendo trabalhar de carteira assinada, para eu contribuir para o INSS para mim poder aposentar daqui pra frente”.

Por outro lado, o entrevistado 5 nos faz perceber que nem todos os trabalhadores informais buscam se adequar às leis e normas, seja pelo MEI ou de outra forma: “Ficar na informalidade. Até porque a gente busca a aposentadoria lá (trabalho informal), a gente aposenta como lavrador né e o MEI atrapalha um pouquinho”.

Um grande atrativo do trabalho informal é o recebimento do salário de forma integral, ou seja, sem descontos de imposto de renda ou INSS por exemplo. Além da flexibilidade de horários, o trabalho informal é uma saída para as pessoas que estão desempregadas buscarem uma forma de renda sem depender de emprego promovidos por empresas e comércios. Logo, tem-se na instabilidade financeira, ou seja, um salário mensal incerto e ausências de garantias previstas na CLT como desvantagens dessa forma de trabalho.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar a percepção dos trabalhadores sobre a informalidade e quais os fatores pelos quais eles estão e permanecem nessa estrutura de trabalho. Pode-se concluir que as características dos trabalhadores, como por exemplo as demográficas, são variáveis importantes que estão relacionadas ao fato dos indivíduos estarem na informalidade.

Portanto, através da análise de conteúdo fica evidente que são realidades distintas nesse cenário, cada um tem seus fatores e motivos, então, não é possível termos um resultado exato ou homogêneo. Essa pesquisa teve como finalidade demonstrar um esboço da realidade da informalidade laboral dos trabalhadores em uma cidade mineira

Foi possível observar que existe uma decisão voluntária do indivíduo em trabalhar na informalidade *versus* o trabalho em tal condição por não conseguir fazer parte do setor formal, seja por falta de postos formais e ou pela falta de requisitos requeridos para os mesmos.

Tais situações podem ser resolvidas por políticas públicas que possibilitem aos trabalhadores informais se adentrarem na formalidade ou pela melhoria dos direitos e da seguridade social aos indivíduos.

Os resultados demonstram que o trabalho informal é uma alternativa para obtenção da sobrevivência, uma renda extra, flexibilidade de trabalho e uma forma de trabalhar por conta própria fazendo o que se gosta.

Frente aos fatores e motivos que fazem os indivíduos estarem e permanecerem na informalidade é possível notar que cada um têm suas razões e suas realidades são muito distintas entre si, ou seja, não é possível ter um resultado exato ou homogêneo. Logo, o estudo demonstra um esboço da realidade da informalidade laboral dos trabalhadores na cidade da Zona da Mata de Minas.

REFERÊNCIAS

CAPONI, R. **Políticas Públicas de Redução da Informalidade no Mercado de Trabalho: uma análise ao incentivo à formalização, a partir da criação do Microempreendedor Individual (MEI)**. Trabalho de conclusão de graduação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/143764>. Acesso em 17 abr. 2023.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

DALBERTO, C. **Formalidade vs. informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma investigação dos diferenciais de rendimento**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento econômico e Políticas públicas) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014. Disponível em: <http://locus.ufv.br/handle/123456789/3287>. Acesso em 14 abr. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=resultados>. Acesso em 21 mai. 2022.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. São Paulo: Didática, 1990/1991, v. 26/27, p. 149-158.



PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SOUZA, D. M. *et al.* Informalidade no Brasil: Aspectos Socioeconômicos dos Trabalhadores Informais Sob a Ótica Regional. **Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 16, n. 1, p. 142-165, 2019. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/1092>. Acesso em 03 jul. 2022.

VACLAVIK, M. C.; OLTRAMARI, A. P.; OLIVEIRA, S. R. Empresariando a informalidade: um debate teórico à luz da gig economy. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 20, n. 2, p. 247-258, 2022. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/66763/empresariando-a-informalidade--um-debate-teorico-a-luz-da-gig-economy/i/pt-br>. Acesso em 09 jun. 2022.